

PAULO PIRES DO VALE

paulopiresdovale@pna.gov.pt

Plano Nacional das Artes, Portugal

PLANO NACIONAL DAS ARTES: UMA ESTRATÉGIA, UM MANIFESTO

RESUMO

O Plano Nacional das Artes foi instituído, em fevereiro de 2019, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação, para o horizonte temporal 2019–2029. A sua missão é promover a transformação social, mobilizando o poder educativo das artes e do património na vida dos cidadãos — em particular no quotidiano das crianças e jovens. Neste artigo, apresentam-se os seus princípios, valores e o plano estratégico para os primeiros 5 anos — e como há um papel único e insubstituível para cada um, nesta estratégia que é para todos.

PALAVRAS-CHAVE

artes, cultura, património, educação, estratégia, democracia cultural

Este é o dia, esta é a hora.
—Ricardo Reis, *Odes*

Na Constituição da República Portuguesa, podemos ler no Artigo 73.º, depois de se afirmar que “todos têm direito à educação e à cultura”: “o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural” (Lei

Constitucional n.º 1/2005, 2005, p. 4654). Procurando cumprir este desígnio, convictos de que o acesso à cultura, às artes e ao património — do ponto de vista da fruição e da produção — são essenciais para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade e das pessoas que a constituem, o Plano Nacional das Artes (PNA; <https://www.pna.gov.pt/>) foi instituído, em fevereiro de 2019, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação, para o horizonte temporal 2019–2029 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, 2019), e a sua estratégia-manifesto para os primeiros 5 anos foi apresentada ao público no dia 18 de junho de 2019. Antes de apresentar as medidas estratégicas, parece-nos essencial identificar os fundamentos onde essa estratégia assenta — como nos parece sempre prioritário argumentar e explicitar o porquê de um plano que reforce a ligação essencial das artes, do património e da cultura à educação.

MANIFESTO

A missão do PNA (Vale et al., 2019) é promover a transformação social, mobilizando o poder educativo das artes e do património na vida dos cidadãos: para todos e com cada um¹. Estes são os princípios e valores que fundamentam e orientam a sua ação — o seu manifesto:

1. Contrariamente à pretensão de um conhecimento imediato de si próprio ou da comunidade que se quer construir, assumimos que as manifestações culturais são a mediação necessária para o reconhecimento pessoal de cada um e da comunidade que somos e projetamos: construímo-nos em diálogo com esse depósito de humanidade que está no património e nas obras de arte².
2. Entendemos a cultura *no plural*³, considerando a multiplicidade das suas manifestações e diferenças comunitárias, ultrapassando as separações entre o popular e o erudito, o tradicional e o contemporâneo, e atendendo às novas linguagens criadas pelos jovens.
3. A cultura, como afirmou Sophia de Mello Breyner Andresen, enquanto deputada na Assembleia Constituinte, “não existe para enfeitar a vida,

¹ Nestas duas expressões “para todos” e “com cada um”, aqui reunidas, refletem-se posições de política cultural distintas que queremos dialeticamente ultrapassar, e que encontramos também na história das políticas francesas para o setor cultural e as suas diferentes fases (Poirrier, 2016).

² Neste pressuposto filosófico, somos claramente devedores do pensamento hermenêutico de Paul Ricoeur (1986/1989): “contrariamente à tradição do Cogito e à pretensão do sujeito de se conhecer a si mesmo por intuição imediata, é preciso dizer que nós apenas nos compreendemos pela grande digressão dos signos da humanidade depositados nas obras de cultura” (p. 123).

³ Relembremos a este respeito a obra *La Culture au Pluriel* (Certeau, 1974).

mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça” (Secretariado da Assembleia Constituinte, 1975, p. 365). Nesse sentido, a arte faz parte da vida. A estética não está distante da ética nem da política⁴.

4. Queremos, mais do que realizar eventos, criar condições estruturais, políticas e legislativas para facilitar o acesso dos cidadãos às artes, para enquadrar os muitos projetos de qualidade já existentes e para apoiar a criação de novos. A redução das assimetrias regionais no acesso à cultura, às artes e ao património, é uma das prioridades assumidas pelo PNA.
5. Defendemos que este PNA deve dar voz às pessoas, organizações e comunidades, responsabilizando-as pelo seu km² (Fundação Calouste Gulbenkian, 2017), deve contribuir para a valorização e coesão do território e impulsionar projetos de cocriação entre artistas e comunidades, em particular com as populações mais vulneráveis⁵. Para executar o compromisso de forma sustentável, contamos com a colaboração de todos, promotores e usufruidores. A estratégia tem que ser apropriada pelas comunidades para ser sustentável. Uma verdadeira democracia cultural — mais do que democratização cultural⁶.
6. A escola é parte de um sistema social complexo — e é necessário dirigirmo-nos a esse contexto social, administrativo e económico de forma sistémica para conseguir alterar a relação das escolas com a cultura de modo sustentável: o PNA não se dirige apenas às escolas, mas propõe medidas dirigidas às autarquias, às escolas superiores e universidades, às instituições culturais, às empresas... para envolver cada uma na responsabilização pelo horizonte cultural de todos, em particular da comunidade educativa. É necessário derrubar o muro entre a escola e o meio cultural em que se insere: como no célebre aforismo africano, sabemos que é preciso toda uma aldeia para educar uma criança.
7. Propomos que a cultura, o património, as artes sejam parte do currículo e não um luxo extracurricular. Em vez de um pensamento disciplinar (de disciplinas fragmentadas), queremos indisciplinar (permitindo a compreensão da complexidade, a visão do todo; Morin, 2014) e

⁴ Esta relação entre a arte, a ética, a justiça e a política, ainda foi afirmada por Sophia de Mello Breyner Andresen (1990) no discurso de receção do Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, atribuído a *Livro Sexto*, lido em 11 de julho de 1964 e publicado em *Obra Poética 1*.

⁵ Sobre esta relação entre arte e comunidade, consultar Matarasso (2019).

⁶ Para um aprofundamento dos conceitos “democratização” e “democracia cultural”, ver Teixeira Lopes (2009).

implementar projetos e ajudar a desenvolver competências sobre como trabalhar as manifestações culturais e as artes de modo transdisciplinar: elas valem por si, em si, pela fruição e o prazer que delas advém, mas podem ser também recurso para todas as disciplinas e para os temas de cidadania, sem as forçar — e para se desenvolver um trabalho colaborativo interdisciplinar dentro das escolas⁷. A proximidade e familiaridade com as artes, os artistas e os processos criativos poderão incentivar dinâmicas transdisciplinares, indisciplinadas, cruzando e integrando os conhecimentos apreendidos nas várias disciplinas.

8. Uma escola inclusiva deve promover o acesso à diversidade do património e a apropriação de diferentes linguagens e expressões artísticas — reforçando a abertura à comunidade e ao mundo, promovendo a inclusão e a participação. Há múltiplas linguagens e diversos modos de expressão pessoal e de compreensão do mundo, que devemos ajudar a desenvolver⁸.
9. A educação só será completa se integrar a dimensão cultural e artística. A formação da sensibilidade estética/artística e do pensamento crítico e criativo promoverá uma maior autonomia dos cidadãos: um melhor conhecimento de si, dos seus sentimentos e das suas possibilidades.
10. A relação com as artes e o património de diferentes culturas, ensina também a respeitar a experiência do outro, a ser mais recetivo à sua mundividência, a discutir interpretações e pontos de vistas diferentes sobre a mesma obra, a compreender e valorizar a diferença.
11. As artes podem ensinar-nos a inestimável lição da gratuidade e do prazer desinteressado⁹. Como no jogo e no brincar — a relação com as artes deve ser valorizada por si mesma, pela experiência sensível, emotiva, racional que provoca e potencia. Numa época marcada pelo utilitarismo e desejo de produtividade, esta subversão é determinante.
12. Reconhecemos e valorizamos o papel dos artistas na construção social, no conhecimento e nas inquietações que nos oferecem sobre o mundo e a vida, nas respostas e nas perguntas que os processos artísticos e criativos podem trazer às práticas educativas.

⁷ Sobre a inutilidade e utilidade da obra de arte, consultar *What's the Use? Constellations of Art, History and Knowledge: A Critical Reader* (Aaikens et al., 2016).

⁸ Sobre a importância de ajudar a desenvolver as 100 linguagens de que a criança é capaz, como as descreveu Loris Malaguzzi, consultar Edwards et al. (1999/2015).

⁹ Para além da reflexão clássica sobre o belo como prazer desinteressado na estética kantiana (Kant, 1790/1992), sublinhamos a relação entre a cultura e o jogo, e o carácter improdutivo do jogo em Huizinga (1938/2003) e Caillois (1958/1990).

13. Se educar é preparar para o futuro (que não existe e que não conhecemos), é necessário que a educação prepare para o desconhecido, não apenas para o que já se sabe como certo. As artes são, neste contexto, um modo de alimentar a imaginação e a criatividade. Precisamos de cidadãos imaginativamente desenvolvidos: críticos e criativos (Vincent-Lancrin et al., 2019). Numa sociedade que enfrenta desafios decorrentes da globalização e do acelerado desenvolvimento tecnológico, as competências emocionais, sociais, criativas e críticas que as artes podem ajudar a desenvolver poderão ser um instrumento essencial de adaptação a esse mundo que virá (Organisation for Economic Co-operation and Development, s.d.).
14. O conhecimento do património e das artes permite-nos uma consciência histórica, dá raízes e horizonte, e inscreve-nos como parte de uma “tarefa infinita” (Husserl, 1936/2008)¹⁰ — que recebemos como herança e que devemos renovar para o futuro.

ESTRATÉGIA

A estratégia do PNA (Vale et al., 2019) está dividida em três eixos de intervenção — política cultural, capacitação e educação e acesso — que se articulam, complementam e potenciam. As diferentes medidas surgem como peças de um mesmo puzzle, blocos distintos que encaixam e ajudam a construção de um mesmo edifício.

POLÍTICA CULTURAL

Se se quer valorizar a presença das artes nas escolas, temos de nos dirigir de forma sistémica ao que as envolve e determina: famílias, autarquias, instituições culturais, instituições do ensino superior, empresas... Nesse sentido, na lista de medidas que visam promover condições

¹⁰ Edmond Husserl (1936/2008) usa e analisa a expressão “tarefa infinita” na conferência “Die Krisis des europäischen Menschentums und die Philosophie” (A crise da humanidade europeia e a filosofia) proferida em Viena no dia 7 e repetida no dia 10 de maio de 1935. Num momento em que sentia o desastre europeu a acontecer, Husserl faz uma análise, inédita na sua obra e de profunda autocrítica, sobre a importância da história, e lembrou aos seus auditores que a unidade da vida espiritual e a atividade criativa europeia têm as suas raízes no sentido teleológico que marca a história europeia — e que a define como um lugar espiritual mais do que geográfico. É esse sentido teleológico tem a sua fundação no aparecimento da filosofia grega. No século VI a. C., surge na Grécia o ser humano com “tarefas infinitas”. Antes da filosofia, a cultura e o ser humano são tarefas completadas na finitude. Não está ainda disponível “o horizonte sem fim” aberto em redor do ser humano. Com o aparecimento da filosofia, o horizonte fechado e finito é substituído por um de possibilidade sem fim, sempre em reformulação. Não apenas no âmbito da filosofia, da ciência ou do conhecimento teórico, mas em todos os campos culturais: a infinitude estende-se e contamina o todo da existência humana.

estruturais e potenciar um desenvolvimento sustentável (política cultural), destacamos:

- A criação de um “índice de impacto cultural das organizações”, um instrumento de medição que será desenvolvido em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, e outros centros de investigação estrangeiros. À imagem dos índices de impacto ambiental, que permitiram uma responsabilização sustentada na atenção e cuidado com a ecologia, os objetivos deste índice são parametrizar e quantificar o impacto cultural das organizações (de municípios a empresas privadas), promovendo e dando visibilidade ao compromisso cultural de cada organização — e ao impacto das artes e do património na qualidade de vida das comunidades. Registámos que não existe um índice criado com este propósito, apesar da atualidade do tema e do facto das organizações manifestarem interesse na aplicação do instrumento. Se partirmos da premissa que as artes são parte da vida e que a cultura, nas suas diversas manifestações, contribui para o sentimento de pertença, com um impacto significativo no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas e das instituições, facilmente constatamos a necessidade de atribuir valor a este ativo, que não pode ser alienado dos sistemas onde se insere e dos recursos que mobiliza. Tal como os outros pilares do desenvolvimento sustentável podem ser medidos, este também poderá, tendo em conta a sua especificidade — precisamos de um instrumento que meça, compare e permita melhorar o compromisso com a produção e fruição cultural, a salvaguarda e a valorização patrimonial, ou seja, com a pegada cultural.
- Ainda no eixo da política cultural, o PNA propõe às autarquias desenvolverem planos estratégicos municipais cultura–educação. Verificámos que há lacunas na definição de estratégias municipais para a cultura, que articulem as áreas da cultura e da educação, mesmo sabendo que partilham recursos e projetos. Registámos a ausência de uma visão de conjunto que permita planear a médio/longo prazo e a falta de articulação entre as políticas locais e nacionais. Com o apoio das Direções Regionais de Cultura e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, depois de pronto um plano estratégico modelo, será oferecida formação e acompanhamento aos técnicos camarários que quiserem desenvolver os planos estratégicos municipais cultura–educação na sua autarquia. Este instrumento será certamente muito útil para ampliar o acesso à cultura, articular no território a aproximação entre estruturas culturais e artísticas e as comunidades educativas, e sublinhar o papel estratégico da cultura na vida dos cidadãos e das comunidades.
- Propomos também, em primeiro lugar ao Ministério da Cultura (MC), mas às outras tutelas de museus, teatros, património, a medida

“compromisso social das organizações culturais”: desejamos que as tutelas (o MC ou as autarquias) e as direções das instituições culturais (teatros, museus, centros de arte, sítios de património...) estabeleçam contratos/compromissos em que identifiquem os públicos a atingir com a sua ação nos próximos anos, as estratégias para conseguir determinado impacto social e que definam quais as metas a atingir — para que isso possa ser analisado e avaliado, corrigido ou continuado conforme os resultados. Para atingir os objetivos a definir pelas equipas das instituições, a tutela tem de se responsabilizar por oferecer os recursos necessários à sua persecução. Esta responsabilização mútua concretizada num documento, permitirá que o impacto social e educativo das instituições culturais seja assumido como prioritário e mensurável na vida destas organizações.

- Propusemos, também, ao MC, implementar, junto da Direção-Geral das Artes e do Instituto do Cinema e do Audiovisual, linhas de financiamento arte–educação–comunidade e património e educação, respetivamente, para projetos artísticos a desenvolver com escolas, comunidades específicas ou excluídas — propostas participativas que cruzem artistas profissionais e não-profissionais — e com o objetivo de aproximar a arte e o património dos cidadãos através do cinema.
- Nas outras medidas do eixo política cultural temos a proposta de criação de um “ID cultural” dos cidadãos, em particular em idade escolar, um *curriculum vitae* cultural que acompanhe o *curriculum vitae* académico; e o pugnar por uma responsabilização das organizações empresariais pela cultura do território no qual se inserem, a começar pelo km2 onde estão.

CAPACITAÇÃO

No segundo eixo de ação estratégica, intitulado “capacitação”, destacamos:

- A Escola de Porto Santo, que vai sediar no Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, numa antiga escola de 1.º ciclo, um programa de iniciativas dedicadas à investigação e reflexão crítica sobre cultura e educação: será o quartel-general de um grupo de reflexão internacional sobre políticas culturais e educativas (*think tank*) e um programa de residências para artistas e investigadores a desenvolverem trabalho na área arte–comunidade–educação. Na periferia da periferia (Porto Santo), criar uma nova centralidade, promovendo também, desse modo, o desenvolvimento daquela comunidade local. Será implementada em parceria com o Governo Regional da Madeira, a Câmara Municipal do Porto Santo e a Associação Porta33.

- Na academia do PNA, propomos cursos de formação acreditados (para educadores, professores, mediadores culturais e artistas, técnicos das câmaras municipais), que cruzam as artes, o património, a cultura com diferentes disciplinas e temas — para capacitar os professores, técnicos e mediadores, de modo sustentado e continuado, alterando as práticas com o apoio dos processos artísticos. O destinatário imediato do portefólio da academia são os centros de formação espalhados por todo o país, as câmaras municipais e as instituições culturais que os pretendam realizar no seu território. A lista destas ações de formação está disponível no site do PNA.
- Para promover a produção e disseminação de conhecimento nas áreas do PNA, fundamentando a sua ação, estão previstos o apoio à investigação (bolsa), a publicação de uma série de livros em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (coleções) e o trabalho com universidades e instituições de ensino superior, no sentido de tornar a fruição e produção cultural numa prática comum e curricular em todos os cursos, mas em especial nos de educação.

EDUCAÇÃO E ACESSO

No terceiro eixo, educação e acesso, o PNA prevê uma intervenção articulada nas escolas (programa indisciplinar a escola), criando aí estruturas permanentes. Sensibilizando para o trabalho de projeto, para o cruzamento entre diferentes disciplinas e as artes, para os processos colaborativos, para as relações com a comunidade e o território, propomos o Projeto Cultural de Escola (PCE): com a criação do cargo de coordenador do PCE em cada agrupamento escolar, designado pela direção, responsável por desenhar um programa cultural adaptado ao contexto das escolas, em parceria com as autarquias, as estruturas artísticas e culturais, o património local e a comunidade educativa, com as suas diferentes áreas científicas. O coordenador não ficará sozinho com essa tarefa: para além do acompanhamento da equipa do PNA, terá um conselho consultivo, que inclua membros da comunidade educativa e da comunidade cultural local, de modo a integrar na escola a comunidade e o território em que se insere. A presença de membros da câmara municipal nesse conselho consultivo é determinante para o sucesso do projeto. Para iniciar a relação com um agrupamento de escolas e desenvolver o PCE, basta que uma mensagem seja enviada ao PNA pelo diretor do agrupamento escolar, demonstrando o seu interesse.

No sentido de uma autêntica democracia cultural, não impomos temas/projetos culturais, mas pedimos que em cada agrupamento seja

identificado um desejo, um problema, uma questão a que a cultura poderá dar resposta ou ajudar a esclarecer — e desenvolver em redor dele uma programação cultural. A equipa do PNA apoiará e acompanhará o desenvolvimento destes PCE no terreno, com uma equipa de coordenadores regionais do PNA.

Outra medida para as escolas, e que faz sentido desenvolver quando o PCE já está em implementação, é o Projeto Artista Residente — nos agrupamentos e escolas que o considerem possível. Esse artista, associação cultural ou companhia de teatro residente, terá durante os meses que estiver na escola (mínimo de três, máximo de nove) também a responsabilidade de apoiar a comunidade educativa, introduzindo aí mais processos e práticas artísticas. Não será um professor, mas um consultor, proponente e protagonista da mudança na escola, estando disponível para dar atenção ao contexto e responder-lhe do melhor modo possível — podendo assumir diferentes graus de participação, conforme as situações.

Para além da academia do PNA, que pretende despertar para a formação da comunidade educativa para a fruição cultural e para a utilização das manifestações culturais como recursos educativos, o PNA recolhe e encomenda a criação de recursos educativos digitais, para que possam ser utilizados como apoio aos professores das diferentes disciplinas curriculares. Estes recursos estão disponíveis, de forma livre e gratuita, no site do PNA. Queremos mobilizar as artes nas escolas como recurso para as diferentes disciplinas, evidenciando a dinâmica transdisciplinar das artes, de modo a que a sua presença nas escolas não fique circunscrita às disciplinas artísticas: a arte é, afinal, parte da vida e não uma dimensão separada.

Neste terceiro eixo, educação e acesso, compreendendo a educação como um processo ao longo da vida, haverá ainda medidas que estimulam projetos culturais e artísticos com componentes formativas e intergeracionais, que contrariam a exclusão e o isolamento das populações e envolvem os cidadãos seniores na fruição e criação artística.

CONCLUSÃO – DA ATRAÇÃO

Com as medidas estratégicas propostas por este plano, pretendemos colocar em diálogo a escola com o museu, a sala de espetáculos, o património, os artistas, os artesãos, as ruas; sublinhar como o território cultural é um território educativo indispensável ao cumprimento da missão das escolas. Por isso, é preciso deixar entrar a artes na escola e fazer sair dela, promovendo o acesso ao património e às diferentes linguagens

artísticas, procurando que cada um se apodere do seu meio próprio de relação com o mundo. Hoje, devemos privilegiar cruzamentos disciplinares, indisciplinando a escola; valorizar o património local de proximidade e mostrar como as artes e a cultura podem ser um meio para trabalhar o currículo das diferentes disciplinas, as competências fundamentais e as temáticas de cidadania e desenvolvimento; confiar nos artistas e aprender com eles outros modos de ensino-aprendizagem e de transmissão.

A missão e as medidas do PNA só poderão ser implementadas com o apoio e parceria de diferentes áreas governativas, da administração local, das instituições culturais, das escolas, do ensino superior, das empresas, das entidades privadas e da sociedade civil... Necessita de cada um, com a sua especificidade, com a sua voz e saber, responsabilizando-se pelo horizonte cultural de todos. Desenvolveremos a nossa ação no território através de uma pedagogia do desejo, por atração: fazer com que cada um compreenda a necessidade desta missão e deseje envolver-se nela. Há um papel único e insubstituível para cada um, nesta estratégia que é para todos.

REFERÊNCIAS

- Aaikens, N., ten Thije, S, Lange, T., & Seijdel, J. (2016). *What's the use? Constellations of art, history and knowledge: A critical reader*. Valiz.
- Andresen, S. M. B. (1990). *Obra poética 1*. Editorial Caminho.
- Caillois, R. (1990). *Os jogos e os homens* (J. Garcez, Trad.). Livros Cotovia. (Trabalho original publicado em 1958)
- Certeau, M. (1974). *La culture au pluriel*. Union General d'Éditions.
- Edwards, C., Forman, G., & Gandini, L. (2015). *As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância* (D. Batista, Trad.). Penso Editora. (Trabalho original publicado em 1999)
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2017, 17 de outubro). *O nosso km2*. <https://gulbenkian.pt/project/o-nosso-km2/>
- Huizinga, J. (2003). *Homo ludens: Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura* (V. Antunes, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1938)
- Husserl, E. (2008). *A crise da humanidade europeia e a filosofia* (P. M. S. Alves, Trad.). Universidade da Beira Interior (Trabalho original publicado em 1936)
- Kant, I. (1992). *Crítica da faculdade do juízo* (A. Marques & V. Rohden, Trad.). INCM. (Trabalho original publicado em 1790)

- Lei Constitucional n.º 1/2005, Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 2005-08-12 (2005). <https://data.dre.pt/eli/leiconst/1/2005/08/12/p/dre/pt/html>
- Lopes, J. M. (2009). Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. *Saber & Educar*, 1(14). <http://doi.org/10.17346/se.vol14.121>
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Morin, E. (2014). *Introduction a la pensée complexe*. Seuil.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (s.d.). *OECD survey on social and emotional skills*. <http://www.oecd.org/education/ceri/social-emotional-skills-study/>
- Poirrier, P. (Ed.). (2016). *Les politiques de la culture en France*. La documentation Française.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, Diário da República n.º 37/2019, Série I de 2019-02-21 (2019). <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/42/2019/02/21/p/dre/pt/html>
- Ricoeur, P. (1989). *Do texto à acção: Ensaio de hermenêutica II* (A. Cartaxo & M. J. Sarabando, Trad.). Rés Editora. (Trabalho original publicado em 1986)
- Secretariado da Assembleia Constituinte. (1975, 3 de setembro). Sessão n.º 40, em 2 de setembro. *Diário da Assembleia Constituinte*, (41), 347–380. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01/041/1975-09-02/1153>
- Vale, P. P., Brighenti, S. B., Pólvora, N., Fernandes, M. A., & Albergaria, M. E. (2019). *Plano Nacional das Artes: Uma estratégia, um manifesto 2019-2024*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBA%2bLCAAAAAAABACzMDQoBgBR5v9IBAAAAA%3d%3d>
- Vincent-Lancrin, S., González-Sancho, C., Bouckaert, M., De Luca, F., Fernández-Barrera, M., Jacotin, G., Urgel, J., & Vidal, Q. (2019). *Fostering students' creativity and critical thinking: What it means in school*. OECD Publishing.

Citação:

Vale, P. P. (2021). Plano Nacional das Artes: Uma estratégia, um manifesto. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 81–91). CECS.